

Caderno do PNLL

Edição atualizada e revisada em 2014

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	02
2 JUSTIFICATIVA.....	07
3 PRINCÍPIOS NORTEADORES.....	14
4 OBJETIVOS.....	23
5 EIXOS DE AÇÃO.....	27
6 ESTRUTURA PARA IMPLEMENTAÇÃO.....	34
7 FINANCIAMENTO.....	37



As diretrizes para uma política pública voltada à leitura e ao livro no Brasil (e, em particular, à biblioteca e à formação de mediadores), apresentadas neste Plano, levam em conta o papel de destaque que essas instâncias assumem no desenvolvimento social e da cidadania e nas transformações necessárias da sociedade para a construção de um projeto de nação com uma organização social mais justa. Elas têm por base a necessidade de formar uma sociedade leitora como condição essencial e decisiva para promover a inclusão social de milhões de brasileiros no que diz respeito a bens, serviços e cultura, garantindo-lhes uma vida digna e a estruturação de um país economicamente viável.

Pretende-se conferir a este Plano a dimensão de uma Política de Estado, de natureza abrangente, que possa nortear, de forma orgânica, políticas, programas, projetos e ações continuadas desenvolvidos no âmbito de ministérios – em particular os da Cultura e da Educação –, governos estaduais e municipais, empresas públicas e privadas, organizações da sociedade e de voluntários em geral, procurando evitar o caráter por demais assistemático, fragmentário e pulverizado com que se tem implementado essas iniciativas em nosso País, desde, pelo menos, o início do século XIX.

Essa Política de Estado se traduz em amplos programas do governo, com coordenações interministeriais devidamente articuladas com estados, municípios, empresas e instituições do terceiro setor, para alcançar sinergia, objetividade e resultados de fôlego quanto às metas que venham a ser estabelecidas.

Quatro eixos principais orientam a organização do Plano:

1. Democratização do acesso ao livro;
2. Formação de mediadores para o incentivo à leitura;
3. Valorização institucional da leitura e o incremento de seu valor simbólico;
4. Desenvolvimento da economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao desenvolvimento da economia nacional.

O Plano como aqui se vê configurado é produto do compromisso do governo federal de construir políticas públicas e culturais com base em um amplo debate com a sociedade e, em especial, com todos os setores interessados no tema. Sob a coordenação dos Ministérios da Cultura e da Educação, participaram do debate que conduziu à elaboração deste documento representantes de toda a cadeia produtiva do livro – editores, livreiros, distribuidores, gráficas, fabricantes de papel, escritores, administradores, gestores públicos e outros profissionais do livro –, bem como educadores, bibliotecários, universidades, especialistas em livro e leitura, organizações da sociedade, empresas públicas e privadas, governos estaduais, prefeituras e interessados em geral.

Entre as diversas iniciativas que contribuíram diretamente para a elaboração deste Plano, podem ser lembradas: o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), o Programa Nacional da Biblioteca Escolar (PNBE), o Fórum da Câmara Setorial do Livro, Leitura e Literatura (instituída por decreto presidencial em 2005 e da qual decorreu o atual Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura), o Projeto Fome de Livro (iniciativa do MEC/Biblioteca Nacional), o Programa Nacional do Livro no Ensino Médio (PNLEM), o Programa de Formação do Aluno e do Professor Leitor e o Vivaleitura – Ano Ibero-americano da Leitura (2005), imenso programa desenvolvido pelo Minc, MEC, organismos internacionais e entidades da sociedade. Merece especial ênfase a contribuição oferecida pelo Programa Nacional de Incentivo à Leitura (PROLER), que, com a experiência acumulada ao longo de mais de duas décadas na realização de projetos de fomento à leitura por todo o País, com a promoção de oficinas, cursos, palestras e eventos artístico-culturais das mais diferentes naturezas, pôde fornecer subsídios para o debate em questão.

Vale destacar que, entre junho de 2004 e dezembro de 2005, foram realizados “encontros preparatórios” em todas as macrorregiões do Brasil (Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Distrito Federal, Ceará e Pará), a fim de colher sugestões para o Plano, debater o conhecimento acumulado sobre o assunto e integrar novos olhares. Também foram realizadas cinco videoconferências regionais, além de uma com abrangência nacional, reunindo nesse debate todos os estados brasileiros e o Distrito Federal – todas transmitidas ao vivo pela internet, com forte interação nacional e acompanhadas por observadores de diversos países da região ibero-americana. Houve 97 encontros, na forma de debates, conferências, palestras, oficinas, seminários e mesas-redondas, realizados por todo o País em feiras de livros, festivais de literatura, fóruns, congressos e colóquios, envolvendo não apenas os profissionais da leitura e do livro, mas cidadãos representantes da cidadania brasileira (líderes indígenas, comunidades quilombolas, grupos de deficientes visuais, movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores, igreja e clubes de serviço, entre outros).

Após três anos de implantação do PNLL e de intenso trabalho, uma vez mais se reuniram o Estado e a sociedade em todo o País com o objetivo específico de avaliar o caminho percorrido. Foram realizadas, de dezembro de 2009 a fevereiro de 2010, 24 assembleias estaduais do livro e da leitura reunindo gestores públicos, representantes de organizações da sociedade civil e profissionais que atuam nas cadeias produtiva e criativa do livro. Essas instâncias de articulação local exerceram um papel importante nas ações de mobilização, reflexão, e avaliação, vinculadas à atual política nacional do livro e da leitura. Os eixos estratégicos e linhas de ação do PNLL foram intensamente debatidos e as sugestões das assembleias foram levadas à Pré-Conferência Nacional do Livro e da Leitura, que aconteceu em Brasília, em março de 2010. Os resultados desses debates públicos apontaram para uma avaliação bastante positiva do PNLL. Não houve propostas de mudanças nos conceitos, princípios e diretrizes do Plano, mas, sim, contribuições que, em sua essência, apontam para um desejo daqueles que trabalham nos estados e municípios em trazer para uma dimensão local as bases em que está consolidada a política nacional.

Nos dias 27 de novembro e 1º de dezembro de 2013 aconteceu, em Brasília, a III Conferência Nacional de Cultura, com a participação de 1.745 pessoas, sendo

953 delas delegados dos 26 estados e do Distrito Federal. A plenária final elegeu 64 diretrizes a serem seguidas pelos gestores culturais de todo o País, das quais 20 foram escolhidas como prioritárias para a sustentação de políticas públicas em cultura. Entre elas está a proposta 3.10:

“Aprovar, sancionar e regulamentar o Plano Nacional do Livro e Leitura, garantindo a leitura como direito social através do fortalecimento do Sistema de Bibliotecas Públicas municipais, estaduais, distritais e comunitárias, assegurando o acesso ao livro, à leitura e à literatura”.

Por sua vez, o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura (CSLLL) também propôs, nessa ocasião, uma moção, para a qual obteve 361 assinaturas:

“Para assegurar a leitura como um direito social básico, pressuposto para o pleno exercício da cidadania, a plenária da III Conferência Nacional de Cultura cobra aos Ministérios da Cultura e da Educação o envio do projeto de lei que institui o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL para aprovação e sanção presidencial. A institucionalização do PNLL, como política pública de Estado, na forma da lei, garante a democratização do acesso ao livro; a criação e difusão da literatura; o fomento da produção e circulação da bibliodiversidade brasileira, com vistas à formação de uma nação de leitores.”

A larga participação de diversos setores da sociedade ligados à questão da leitura e do livro, além de assegurar o caráter pluralista e democrático do processo desencadeado pela proposição do Plano, procura garantir que se evitem eventuais sobreposições e sobreposições de ações, assim como a preservação da autonomia e da independência das iniciativas em curso e das futuras, tudo convergindo para a otimização de recursos e esforços que venham conferir maior eficácia às políticas públicas.

É fundamental reconhecer os avanços conseguidos até aqui, sem deixar de investir com vigor na continuidade deste processo. O consenso é que, para transformar o tema da leitura e do livro em Política de Estado, é preciso avançar e priorizar alguns pontos:

- a elevação, como lei federal, do Plano Nacional do Livro e Leitura – que se consubstanciou em 2006 e recebe, nesta versão, uma revisão

e atualização –, dando-lhe uma situação institucional estável ao mesmo tempo em que traduz a Política de Estado para a leitura, o livro, a literatura e as bibliotecas, plenamente assumida pelo governo federal;

- a institucionalização de uma nova estrutura de gestão, que deve ser consolidada e/ou instituída no âmbito da administração pública federal para a área da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas, e que contemple o novo patamar atingido pela articulação entre o MinC e o MEC no que se refere às questões em pauta.



O Brasil ainda apresenta enorme *deficit* no que se diz respeito às práticas leitoras dos textos escritos. Nossos índices de alfabetização (*stricto e lato sensu*) e de consumo de livros são muito baixos, na comparação com parâmetros de países mais ricos e desenvolvidos e mesmo com alguns dos países em desenvolvimento da América Latina e da Ásia. Como apontaram alguns de nossos mais expressivos pensadores no campo das Ciências Humanas, entre eles Nelson Werneck Sodré, o Brasil passou abruptamente de um estágio de oralidade para a cultura do audiovisual, já desde meados do século XX, quando a indústria cultural se fez onipresente entre nós, sem que houvesse efetiva media o dos livros e materiais de leitura, uma vez que esta nunca chegou a alcançar largas faixas da popula o, se restringindo a pequenos e localizados grupos sociais.

As conseq ncias desse hiato fazem-se sentir até hoje, com desdobramento nefasto que se espraiam não apenas no âmbito do universo da cultura e da educa o, mas, naturalmente, de nossa economia, de nossas práticas políticas e de nosso potencial de desenvolvimento. Diversas pesquisas, realizadas nos últimos anos, empenharam-se em apresentar contornos mais nítidos do cenário em que se insere a questão da leitura e do livro no País, permitindo maior consciência das mazelas que afligem o setor e oferecendo dados concretos para que se possa buscar sua supera o.

Apesar de termos avançado na redu o das taxas de analfabetismo absoluto, que declinou de aproximadamente 65,3% em 1900 para 13,6% no ano 2000, continuamos com taxas ainda elevadas de analfabetismo, na ordem de 8,5% da

população em 2012, o equivalente a 13,2 milhões de pessoas incapazes de ler e escrever, número que supera a população da cidade de São Paulo.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012 (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostrou que, dentre a população com 25 anos ou mais, o percentual de pessoas sem instrução diminuiu de 15,1% para 11,9% entre 2011 e 2012. A taxa de analfabetismo entre pessoas com 15 anos ou mais foi estimada em 8,5 por cento, o equivalente a 12,7 milhões de pessoas. Em 2011, esta taxa era de 8,4 por cento, ou de 12,4 milhões. Essa é a primeira vez em 15 anos que a taxa voltou a subir. O analfabetismo no Brasil se concentrou na faixa etária entre 40 e 59 anos. Nesse intervalo de idade, o analfabetismo passou para 9,8%, ante 9,6%. A pesquisa mostrou ainda que o analfabetismo funcional caiu de 20,4% para 18,3%, ou seja, 33 milhões, segundo o IBGE.

O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional (INAF), além do estágio de analfabetismo, classifica os leitores em três níveis de leitura: no nível 1 (rudimentar), estão as pessoas que conseguem apenas localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares, lêem e escrevem números usuais e realizar operações simples; no nível 2 (básico), estão aquelas consideradas funcionalmente alfabetizadas, que conseguem ler e compreender textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências, lêem números na casa dos milhões, resolvem problemas envolvendo uma seqüência simples de operações e tem noção de proporcionalidade; e no nível 3 (pleno), encontram-se aquelas pessoas capazes de ler textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, resolvem problemas que exigem maior planejamento e controle, além de interpretar tabelas, mapas e gráficos. O Inaf 2011 revelou uma tendência expressiva de diminuição do número de analfabetos funcionais (analfabetos mais alfabetizados no nível rudimentar), que declinaram de 39% para 27% da população brasileira no período 2001-2011, porém, esse valor representa um contingente de mais de 35 milhões de brasileiros.

Já os entrevistados no nível de alfabetizados básico passaram de 34% para 47% da população, revelando uma relativa melhora nos níveis de alfabetização no

Brasil com a migração dos níveis mais baixos da escala de alfabetização para o nível básico. A parcela de alfabetizados plenos permanece praticamente estagnada em todo o período na faixa de 26% da população. Logo, apenas um em cada quatro jovens e adultos brasileiros de 15 anos ou mais consegue compreender totalmente as informações contidas em um texto e relacioná-las com outros dados. Configura-se, assim, um quadro perverso de exclusão social, indicando que cerca de três quartos da população brasileira ainda não detêm os meios de ler e interpretar o mundo a sua volta.

Outro dado alarmante é que, de acordo com a mencionada pesquisa, 38% dos estudantes universitários brasileiros foram avaliados em 2011 apenas como alfabetizados funcionais (níveis rudimentar e básico); este número atingia 23% dos universitários em 2001. O número de universitários plenamente alfabetizados, por outro lado, declinou de 76% em 2001 para 62% em 2011. Certamente a ausência da competência plena de leitura prejudica o desempenho dos estudantes brasileiros em todas as áreas de conhecimento, indicando a necessidade clara da intensificação de medidas que priorizem o acesso à leitura plena em todos os níveis como uma das formas mais consistentes de apoiar a melhoria da qualidade da educação em nosso País.

Em relação à educação básica, os resultados das avaliações do Saeb oferecem indicadores relevantes para ampliarmos sua qualidade. No que diz respeito ao desempenho de leitura dos estudantes, as políticas de avaliação nacionais têm mostrado o baixo nível de adequação à aprendizagem dos alunos em compreensão leitora da escola básica no Brasil. Conforme os resultados da avaliação do Saeb (2012), muitos alunos do ensino fundamental, 45,95% do 5º ano e 73,04% do 9º, encontram-se abaixo do nível considerado ideal, acarretando dificuldades de aprendizagem que são ampliadas de uma série para a outra. Os resultados mostram ainda que a maioria dos alunos brasileiros avaliados é capaz de lidar com informações explícitas ou, ainda, implícitas em um texto; podem fazer conexões nos limites do texto ou com seu conhecimento de mundo; têm a competência de reconhecer a finalidade de um texto e seu tema; podem estabelecer relações entre os elementos do texto. Entretanto, muitos desses jovens são capazes de usar tais competências apenas em textos simples. Se os problemas de compreensão leitora, apresentados pelos alunos do 5º ano, não forem resolvidos

durante sua caminhada, por exemplo, e novas competências não forem adquiridas, as problemáticas refletirão nos anos escolares posteriores.

De acordo com dados do Pisa (Programa Internacional de Avaliação de Alunos), em 2012 o desempenho dos estudantes brasileiros em leitura piorou em relação a 2009, o Brasil somou 410 pontos em leitura, dois a menos do que a sua pontuação na última avaliação e 86 pontos abaixo da média dos países da OCDE (Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Com isso, o País ficou com a 55ª posição do *ranking* de leitura, abaixo de países como Chile, Uruguai, Romênia e Tailândia. Segundo o relatório da OCDE, o progresso do Brasil em incluir alunos na rede de ensino altera negativamente os resultados do desempenho dos estudantes. Em 2003, 65% dos jovens de 15 anos estavam na escola. Em 2012, a taxa passou para 78%. Partes desses novos estudantes são de comunidades rurais ou de grupos sociais vulneráveis, o que muda consideravelmente o grupo de alunos que fizeram o exame em 2003 e em 2012, aponta o relatório.

Pelos dados do último Pisa, quase metade (49,2%) dos estudantes brasileiros sabem apenas o básico em leitura, como reconhecer o tema principal ou o objetivo do autor de textos sobre temas familiares a ele, e fazer uma conexão simples entre as informações em um texto e o conhecimento do cotidiano. Esse é o nível 2 de desempenho na avaliação que tem o nível 6 como teto, considerado "abaixo da linha de base da proficiência". Apenas um em cada 200 alunos alcançou proficiência de nível 5 e consegue, por exemplo, compreender textos com formato e conteúdo que eles não conhecem, ou analisar textos em detalhes.

Além disso, o País ainda sofre com um grave problema de defasagem idade-série, isto é, muitos estudantes de 15 anos (que fazem o exame) não estão na série escolar adequada à sua idade, o que compromete seu desempenho em relação ao de jovens da mesma idade em outros países. O Brasil está abaixo da média da OCDE quanto à leitura, o crescimento dos estudantes do País foi de 396 em 2000 e de 410 pontos em 2010 – a média da OCDE é 496. Segundo os dados, porém, nas últimas cinco edições do Pisa, o Brasil tem tido altos e baixos em leitura: em 2009, o desempenho foi de 412 pontos, mas recuou para 410 três anos depois.

Realizada pelo Instituto Pró-Livro, com apoio da ABRELIVROS, CBL e SNEL, a terceira edição da pesquisa *Retratos da Leitura no Brasil* foi lançada em 2012. A

pesquisa é única, em âmbito nacional, que tem por objetivo avaliar o comportamento leitor do brasileiro. De acordo com o último estudo, apenas 24% (88,2 milhões, 50% da população estimada) dos entrevistados afirmaram que cultivam o hábito de ler durante o tempo livre. O resultado de 88,2 milhões de leitores corresponde a 50% da população total do Brasil com 5 anos ou mais (178 milhões). A redução da leitura foi medida até entre crianças e adolescentes, que lêem por dever escolar. Em 2011, crianças com idades entre 5 e 10 anos leram 5,4 livros, ante 6,9 registrados no levantamento de 2007. O mesmo ocorreu entre os pré-adolescentes de 11 a 13 anos (6,9 ante 8,5) e entre adolescente de 14 a 17 (5,9 ante 6,6 livros).

O levantamento reforça um traço já conhecido entre os brasileiros: o vínculo entre leitura e escolaridade. Entre os entrevistados que estudam, o percentual de leitores é três vezes superior ao de não leitores (48% *versus* 16%). Já entre aqueles que não estão na escola, a parcela de não leitores é cerca de 50% superior ao de leitores: 84% *versus*. 52%.

Retratos da Leitura ainda revela que o brasileiro lê, em média, 1,85 livro por trimestre, isso é, 4 livros lidos ao ano, número também menor que a média registrada anteriormente, que foi de 2,4 livros a cada três meses, totalizando 4,7 livros ao ano.

O avanço tímido na escala de posse e acesso ao livro corresponde, inevitavelmente, às taxas de alfabetização e investimento efetivo, cujos desempenhos, ainda que crescentes, não remetem a um salto que permita ao Brasil colocar-se lado a lado com os melhores índices mundiais de leitura. Ainda que se compare com o México, cujo índice é de 2,9 livros por habitante por ano, o cenário como um todo de ambos os países se mostra bastante parecido, com índices superiores entre os jovens, entre os que têm educação universitária ou entre os habitantes com melhores níveis socioeconômicos. O *ranking* brasileiro continua sendo o mesmo daqueles países cuja vulnerabilidade socioeconômica explica em muitos aspectos a situação revelada pelos dados.

As dificuldades de acesso a livros em geral, e mesmo em escolas e bibliotecas, somado ao baixo poder aquisitivo da absoluta maioria dos leitores propicia efetivamente alternativas escassas para que se concretize a leitura. E é preciso sublinhar que o acesso às bibliotecas é pequeno, não apenas por uma

questão cultural que remonta à nossa longa história de iletramento, mas porque a rede de bibliotecas no País é reduzida, seja em termos quantitativos, seja em um plano qualitativo pelos serviços que consegue oferecer. Ainda assim, conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), na Munic (Pesquisa de Informações Básicas Municipais), de 2013, a biblioteca é um dos equipamentos culturais mais importantes do Brasil, presente em 97% dos municípios brasileiros. Na pesquisa, são consideradas bibliotecas todos os espaços de leitura com acesso ao público em geral, podendo ser, ou não, geridas pela administração pública.

O Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), órgão subordinado à Diretoria do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas (DLLLLB), iniciou em 2013 o *Projeto Mais Bibliotecas Públicas*, com o intuito de apoiar a instalação e qualificação das bibliotecas públicas no País, e zerar o número de municípios que não possuem o referido equipamento. Segundo os dados do SNBP, de 2014, o Brasil possui 6.060 bibliotecas públicas, em 5.453 municípios; sendo 512 na Região Norte, 1845 na Região Nordeste, 499 no Centro-Oeste, 1932 no Sudeste e 1272 na Região Sul.

Não se pode deixar de lembrar também que, associado à forte concentração do público consumidor de livros segundo critérios geográficos, de classe social e de nível educacional – como apontou a pesquisa –, há um *deficit* considerável de livrarias no País. De acordo com a Associação Nacional de Livrarias (ANL), o *diagnóstico do setor livreiro (2012)* indica a existência de 3.073 livrarias no Brasil (redução de 12% em relação a 2011), com média de uma para cada 65.408 habitantes, proporção ainda distante da considerada ideal pela UNESCO, uma para cada 10.000 habitantes.

Além disso, a distribuição desses estabelecimentos é extremamente desigual, se considerarmos que mais de 60% (quase 2/3) das livrarias se concentram na região Sudeste. O Sul perdeu espaço, retorna ao patamar de 2006, 16%; em 2009 era de 19%. O Nordeste apresenta indícios de recuperação: na pesquisa de 2009 aparecia com um percentual de 12%, agora apresenta 15%. A região Norte, que em 2009 obteve percentual de 3%, caiu para 2%. O Centro-Oeste e o DF têm o mesmo índice: 4%.

Paradoxalmente, deve ser frisado que esse cenário de grandes dificuldades se insere no contexto de um país que é oitavo produtor de livros do mundo, com um

poderoso e atualizado mercado editorial, que conta com 750 editoras brasileiras, que produz, segundo a última pesquisa *Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro* (2013), realizada pela FIPE/CBL/SNEL, mais de 62 mil títulos novos, totalizando 467 milhões de exemplares, e que vende 480 milhões de exemplares.

No entanto, não se pode considerar o livro como objeto cultural isolado, particularmente na sociedade contemporânea, em que as práticas de leitura são concretizadas em um contexto cultural bastante amplo. Em pesquisa realizada em 2004, a UNESCO comprovou que a influência do entorno cultural é bastante relevante no desenvolvimento do gosto pela leitura. O estudo foi denominado *Juventude, Juventudes: o que une e o que separa* e investigou jovens de 15 a 29 anos. Com o objetivo principal de compreender a multiplicidade de conceitos e comportamentos relacionados à juventude, embora a leitura não se apresente como prioridade de lazer dos jovens, sua percepção torna-se bastante positiva entre os entrevistados à medida que acumulam anos de escolaridade.

Identificando os fatores que levam à composição de um ambiente letrado no entorno dos jovens, a pesquisa aponta para a conclusão de que seus interesses estão diretamente relacionados às condições materiais que lhes são oferecidas. E quanto mais acesso aos livros, mais os jovens se mostram abertos a vivenciar uma experiência positiva com a leitura em suas múltiplas plataformas e possibilidades.

Daí que, para fortalecer qualquer política ou ação ligada ao livro, é preciso uma valorização da esfera da cultura como um todo, franqueando o acesso a uma variada gama de objetos culturais que hoje estabelecem vínculos estreitos com os livros. Há de se considerar a diversidade cultural de inúmeras instâncias - e não apenas a escola - que influencia a cultura, tais como a família, a mídia, as instituições voltadas ao lazer, à religião, à política etc.



PRINCÍPIOS NORTEADORES

O conjunto de dados aqui evocado, ainda que constitua apenas um esboço da questão da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas no País, oferece elementos suficientes para contextualizar e justificar a proposição de um Plano como este. Mas, para que se delineie com mais precisão o contexto em que se insere a Política de Estado aqui defendida, é importante, ainda, explicitar alguns pressupostos básicos sobre os quais se assenta o Plano, uma vez que correspondem a uma tomada de posição conceitual em relação à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas e, particularmente, traduzem o horizonte das muitas contribuições absorvidas pelo amplo fórum que se instaurou para discussão do tema.

UNESCO

- O Plano valoriza particularmente três fatores qualitativos e dois quantitativos identificados pela UNESCO como necessários para existência expressiva de leitores em um país.

Os fatores qualitativos são:

a) o livro deve ocupar destaque no imaginário nacional, sendo dotado de forte poder simbólico e valorizado por amplas faixas da população;

b) devem existir famílias leitoras, cujos integrantes se interessem vivamente pelos livros e compartilhem práticas de leitura, de modo que as velhas e

novas gerações se influenciem mutuamente e construam representações afetivas em torno da leitura;

c) deve haver escolas que saibam formar leitores, valendo-se de mediadores bem formados (professores, bibliotecários, mediadores de leitura) e de múltiplas estratégias e recursos para alcançar essa finalidade.

Os fatores quantitativos são:

d) deve ser garantido o acesso ao livro, com a disponibilidade de um número suficiente de bibliotecas e livrarias, entre outros aspectos;

e) o preço do livro deve ser acessível a grandes contingentes de potenciais leitores.

Além disso, é importante frisar que esse destaque à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas está estreitamente associado à questão geral da competência em informação (*information literacy*) e do aprendizado ao longo da vida, aspectos que têm merecido especial atenção por parte da UNESCO em diretrizes e políticas mundiais para os próximos anos. Sob essa perspectiva, a competência em informação encontra-se no cerne do aprendizado ao longo da vida, constituindo direito humano básico em um mundo digital, necessário para promover o desenvolvimento, a prosperidade e a liberdade – no âmbito individual e coletivo – e para criar condições plenas de inclusão social.

PRÁTICAS SOCIAIS

- A leitura e a escrita são percebidas aqui como práticas essencialmente sociais e culturais, expressão da multiplicidade de visões de mundo, esforço de interpretação que se reporta a amplos contextos; assim, a leitura e a escrita são duas faces diferentes, mas inseparáveis, de um mesmo fenômeno.

CIDADANIA

- A leitura e a escrita constituem elementos fundamentais para a construção de sociedades democráticas, baseadas na diversidade, na pluralidade e no exercício da cidadania; são direito de todos, constituindo condição necessária para que cada indivíduo possa exercer seus direitos fundamentais, viver uma vida digna e contribuir na construção de uma sociedade mais justa.

DIVERSIDADE CULTURAL

- A leitura e a escrita são, na contemporaneidade, instrumentos decisivos para que as pessoas possam desenvolver de maneira plena seu potencial humano e caracterizam-se como fundamentais para fortalecer a capacidade de expressão da diversidade cultural dos povos, favorecendo todo tipo de intercâmbio cultural; são requisitos indispensáveis para alcançar níveis educativos mais altos; apresentam-se como condição necessária para o desenvolvimento social e econômico. A leitura e o livro são vistos neste Plano não apenas em uma dimensão educacional, mas também em uma perspectiva cultural, na qual se reconhecem três dimensões trabalhadas pela atual gestão do Ministério da Cultura.

A política cultural em voga no Brasil parte de uma perspectiva sistêmica, que se desdobra em três dimensões, as quais são absorvidas por este Plano para o setor de livro e leitura: a cultura como valor simbólico, a cultura como direito de cidadania e a cultura como economia. Não há preponderância de uma dimensão sobre a outra, embora os focos da acessibilidade e do valor simbólico contemplem, mais definidamente, as dimensões educacionais (direito de cidadania) e culturais da leitura. A dimensão econômica deve, assim, estar equilibrada por essas duas outras, gerais e geradoras de bens públicos.

CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS

- A concepção de leitura focalizada pelo Plano é aquela que ultrapassa o

código da escrita alfabética e a mera capacidade de decifrar caracteres, percebendo-a como um processo complexo de compreensão e produção de sentidos, sujeito a variáveis diversas, de ordens social, psicológica, fisiológica, lingüística, entre outras. Uma perspectiva mecanicista da leitura, que pretende reduzir o ato de ler à mera reprodução do que está no texto, tem sido um dos mais graves obstáculos para o desenvolvimento da leitura e da escrita. A leitura configura um ato criativo de construção de sentidos, realizado pelos leitores a partir de um texto criado por outro(s) sujeito(s).

O VERBAL E O NÃO-VERBAL

- Ao reafirmar a centralidade da palavra escrita, não se desconsidera a validade de outros códigos e linguagens, as tradições orais e as novas textualidades que surgem com as tecnologias digitais.

TECNOLOGIAS E INFORMAÇÃO

- No contexto atual, é imperativo que a leitura seja tratada no diálogo com as diversas tecnologias de gravação, entre as quais o livro se encontra. Como defende Renato Janine Ribeiro, a maneira adequada de difundir a leitura no Brasil não é a de sua “tradição”, mas aquela que considera que o sujeito contemporâneo só consegue ser interativo com a mídia sendo, ele mesmo, “multimeios”, necessitando da leitura para sê-lo. No mundo de hoje, não apenas a prática leitora deve passar pelo uso das tecnologias de informação e comunicação, mas o usuário dessas tecnologias deve desenvolver, por intermédio da família, da escola e de uma sociedade leitora, a prática de leitura.

Neste sentido, deve-se ter atenção às questões contemporâneas acerca dos direitos autorais, fortemente impactados pelas novas possibilidades tecnológicas e seus avanços em termos de possibilidade de gravação e cópia. O Plano Nacional do

Livro e Leitura defende uma perspectiva contemporânea do livro e da leitura e propõe um diálogo fecundo com as novas licenças de cópias não restritivas, no que essas garantam os direitos de autor e contemplem os direitos de acesso.

Além disso, não se pode deixar em um plano secundário a questão da inclusão digital, aspecto ao qual estão profundamente ligados a leitura e o livro, ainda mais quando se multiplica a possibilidade de difusão da informação, com a diversificação de suportes, como o livro eletrônico.

BIBLIOTECA ENQUANTO DÍNAMO CULTURAL

- A biblioteca assume a dimensão de um dinâmico pólo difusor de informação e cultura, centro de educação continuada, núcleo de lazer e entretenimento, estimulando a criação e a fruição dos mais diversificados bens artístico-culturais. Para isso, deve estar sintonizada com as tecnologias de informação e comunicação, suportes e linguagens, promovendo a interação máxima entre os livros e esse universo que seduz as atuais gerações.

LITERATURA

- Entre as muitas possibilidades de textos que podem ser adotados no trabalho com a leitura, a literatura merece atenção especial no contexto do Plano, dada a enorme contribuição que pode trazer para uma formação vertical do leitor, consideradas suas três funções essenciais, como tão bem as caracterizou Antônio Cândido: a) a capacidade que a literatura tem de atender à nossa imensa necessidade de ficção e fantasia; b) sua natureza essencialmente formativa, que afeta o consciente e o inconsciente dos leitores de maneira bastante complexa e dialética, como a própria vida, em oposição ao caráter pedagógico e doutrinador de outros textos; c) seu potencial de oferecer ao leitor um conhecimento profundo do mundo, tal como faz, por outro caminho, a ciência.

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

- EJA deve ser objeto de especial atenção em relação às políticas e ações ligadas à leitura, considerando-se imperativo criar condições favoráveis de letramento e de acesso ao livro para os jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinamentos fundamental e médio, hoje freqüentemente denominados neoleitores. Trata-se de pessoas que iniciam sua trajetória como leitores, mas já adquiriram experiência no trabalho, no cotidiano e na vida afetiva. O aspecto particularmente relevante é que essa experiência se acumulou antes da alfabetização do sujeito, implicando uma relação diferenciada com os livros e a leitura, na comparação, por exemplo, com as crianças recém-alfabetizadas, mas inexperientes em outros setores da vida.

NECESSIDADES ESPECIAIS

- O Plano considera fundamental garantir que as pessoas com deficiências ou transtornos globais do desenvolvimento (impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial), tenham acesso a livros e outros materiais de leitura, valorizando ações como a versão ou a tradução, em libras e em braille das obras em circulação, permitindo a inclusão desses potenciais leitores nas escolas regulares.

MEIOS EDUCATIVOS

- O Plano defende a produção de meios educativos (livros, periódicos e demais materiais de leitura utilizados como instrumentos para a educação na escola), tal como faz o MEC, por meio de implementação de políticas de produção e distribuição de materiais didáticos e literários que atendam às especificidades dos diversos públicos. Tal ação assegura o acesso a bens culturais produzidos em diferentes linguagens e suportes, sobre temas diversificados, gerados em contextos

culturais variados, para leitores de diversas modalidades e faixas etárias - não só estudantes, mas também professores, bibliotecários e demais membros da comunidade escolar.

ESTADO DA QUESTÃO

- Políticas públicas para as áreas da leitura, do livro, da biblioteca, da formação de mediadores e da literatura devem ter como ponto de partida o conhecimento e a valorização do vasto repertório de debates, estudos, pesquisas, e experiências sobre as formas mais efetivas de promover a leitura e o livro e de formar leitores, existentes nas esferas municipal, estadual e nacional. Devem ser implementadas tanto pelo poder público como pelas organizações da sociedade, atentando-se, ainda, para o contexto internacional, em particular o ibero-americano.

POLÍTICAS PÚBLICAS

- A leitura e a escrita devem ser consideradas base em processos de formulação e implantação de políticas públicas de educação e cultura dos governos em todos os seus níveis e modalidades de ensino e de administração, e, junto com o tema das línguas, perpassá-las estruturalmente, tal como proposto no Plano Nacional de Cultura (PNC), instituído pela Lei 12.343, de 2 de dezembro de 2010. A consolidação de políticas e programas de fomento à leitura deve ser pensada a curto, médio e longo prazos, com ênfase no caráter permanente. Nesse processo, o fomento e a elaboração de Planos Estaduais e Municipais do Livro e Leitura articulados com o Plano Nacional se tornam fundamentais.

INTEGRAÇÃO

- É pressuposto deste Plano a fundamental integração entre o Ministério da Cultura (Minc) e o Ministério da Educação (MEC), demais ministérios e outras agências públicas federais para otimizar os esforços em prol da leitura e do livro no País. O Plano se integra ao Plano Nacional de Cultura (PNC) e ao Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), como base para o texto do capítulo específico sobre o tema. Da mesma forma, o Plano poderá indicar diretrizes para outros documentos oficiais sobre o tema.

AUTORES, EDITORAS E LIVRARIAS

- A política para o livro e a leitura deve considerar também as diversas autorias e a criação literária, além das questões de fomento do setor editorial e livreiro, de forma a criar condições para que a produção das obras necessárias aconteça de forma cada vez mais eficaz, barateando os custos de produção e distribuição, eliminando gargalos e debilidades. Tudo isso convergindo para a produção de livros em quantidade necessária e a preços compatíveis com a capacidade de consumo da população. Deve manter, no entanto, a perspectiva sistêmica, exposta anteriormente, em que o econômico se equilibra com o direito de cidadania e a dimensão simbólica.

A LEITURA E O LIVRO

- Este Plano procura contemplar, de forma dialética, um processo de dupla face: tanto aquele moldado pelas questões que envolvem a leitura, quanto o que se configura pelos problemas relativos à cadeia produtiva do livro. Com isso, busca-se evitar polarizações que a tradição tem revelado inócuas, no que diz respeito aos papéis a serem cumpridos pelo Estado e à dinâmica específica do mercado.

AVALIAÇÃO CONTÍNUA

- São necessários mecanismos contínuos de avaliação das metas, dos programas e das ações desenvolvidos a fim de verificar o alcance das iniciativas e os resultados obtidos, permitindo ajustes, remodelações e atualizações no processo.



4 OBJETIVOS E METAS

O objetivo central da Política de Estado aqui delineada é o de assegurar e democratizar o acesso à leitura, ao livro, à literatura e às bibliotecas a toda a sociedade, com base na compreensão de que a leitura e a escrita são instrumentos indispensáveis para que o ser humano possa desenvolver plenamente suas capacidades, seja individual ou coletivamente. Há a convicção de que somente assim é possível que, na sociedade da informação e do conhecimento, se exerça de maneira integral seus direitos, participe efetivamente dessa sociedade, melhore, em amplo sentido, seu nível educativo e cultural, fortaleça os valores democráticos, seja criativo, conheça outras culturas, valores e modos de pensar de outras pessoas e tenha acesso às formas mais verticais do conhecimento.

Busca-se criar condições necessárias - e apontar diretrizes - para a execução de políticas, programas, projetos e ações continuadas por parte do Estado em suas diferentes esferas de governo e também por parte das múltiplas organizações da sociedade civil, objetivando a promoção da cidadania e inclusão social, para uma nação com organização social mais justa.

São estabelecidos aqui, com a aprovação do Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura do MinC, alguns objetivos que devem ser alcançados no curto, médio e longo prazos.

a) Contribuir para a formação de leitores autônomos, buscando, de maneira continuada, substantivo aumento do índice nacional de leitura e do nível qualitativo das leituras realizadas, considerando os diferentes públicos;

b) Assegurar a implantação, modernização e qualificação de espaços, instalações e equipamentos, bem como a formação e desenvolvimento de acervos, de modo a garantir serviços de qualidade em bibliotecas escolares e nas de acesso público nos municípios brasileiros;

c) Fomentar a formação continuada e o intercâmbio de gestores públicos, professores, bibliotecários, mediadores e agentes de leitura, contribuindo para o compartilhamento de experiências, uso e aplicação de tecnologias sociais para a promoção da leitura e o acesso à informação;

d) Incentivar e fomentar programas de bolsas de criação, formação, intercâmbio, pesquisa e residências literárias nacionais e internacionais;

e) Apoiar e realizar pesquisas em âmbito nacional, regional e local, que identifiquem as práticas e capacidades de leitura, relacionando-as com indicadores sociais, educacionais, culturais e econômicos, compreendendo a leitura como vetor estratégico para o desenvolvimento;

f). Fomentar e implementar núcleos voltados à produção de estudos, pesquisas e indicadores nas áreas da leitura, da biblioteca e do livro em universidades e outras instituições;

g) Conceder prêmios de reconhecimento a projetos e ações de fomento e estímulo às práticas sociais de leitura;

h) Incentivar e fomentar a criação, manutenção, modernização e expansão permanente de bibliotecas e espaços de leitura e de convivência e promoção literária, considerando a acessibilidade e a diversidade física, geográfica,

arquitetônica e cultural brasileira;

i) Identificar, cadastrar, monitorar e disponibilizar informações atualizadas na área do livro, leitura, literatura e bibliotecas com vistas à qualificação das políticas públicas para a área;

j) Mapear, cadastrar e acompanhar continuamente livrarias, pontos de venda e demais ações de comercialização de livros e outras publicações em diferentes formatos e suportes de leitura;

k) Incentivar e fomentar a produção, publicação, circulação, distribuição e comercialização de livros e outras publicações nacionais em seus diferentes formatos e suportes, atendendo também as expressões da bibliodiversidade e memória brasileira, buscando o aumento de títulos editados e impressos no País;

l) Incentivar e fomentar a criação e manutenção de livrarias no País;

m) Fomentar a exportação de livros e o número de autores brasileiros traduzidos no exterior;

n) Incentivar e fomentar a criação, a implementação e a institucionalização dos planos estaduais e municipais do livro e leitura;

o) Incentivar e fomentar o debate sobre a utilização de cópias não restritivas (*copyleft* e *creative commons*), que garantam os direitos de autor e contemplem os direitos de socialização e acesso à cultura escrita;

p) Assegurar o acesso à leitura e à informação a todas as pessoas com deficiência, conforme a legislação brasileira;

q) Incentivar e fomentar a informatização de catálogos *online*, com vistas a dar visibilidade da bibliodiversidade, da produção editorial brasileira e ampliar o acesso aos registros bibliográficos dos acervos das bibliotecas do País, fomentando a cooperação entre elas e o estabelecimento de sistemas e redes de informação e leitura locais, territoriais e nacionais;

r) Incentivar e fomentar a constituição de acervos que garantam a produção local, territorial e nacional, que preservem a memória e contribuam para o entendimento da diversidade cultural brasileira;

s) Assegurar o acesso à leitura e à informação a todos os brasileiros, com especial atenção às minorias, grupos étnicos, tradicionais, entre outros, conforme a legislação brasileira;

t) Incentivar e fomentar a produção e a distribuição de publicações de circulação gratuita, em diferentes suportes e/ou formatos em todo o território nacional.

u) Apoiar eventos de promoção e circulação do livro e da leitura, como feiras de livros e eventos literários, por exemplo.

v) Fomentar e apoiar a formação e qualificação profissional dos atores que compõem a cadeia produtiva e criativa do livro.



No caso dos eixos e linhas de ação que são descritos a seguir, é preciso enfatizar que não se trata aqui de explicitação de um conjunto de iniciativas e ações a serem efetivamente desenvolvidas pelo Governo Federal. Trata-se da fixação, do delineamento e da sistematização dessas iniciativas e ações, de tal modo que o conjunto dos eixos possa servir como baliza clara para que as mais variadas instituições e entidades da sociedade planejem e implementem suas ações, concentrando o foco nas prioridades do setor e não dispersando recursos de qualquer natureza.

EIXO 1

DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO

1.1 Implantação de novas bibliotecas

Implantação de novas bibliotecas de acesso público, estaduais, municipais e escolares (com acervos que atendam, pelo menos, aos mínimos recomendados pela UNESCO, incluindo livros em braille, livros digitais, audiolivros etc, computadores conectados à internet, jornais, revistas e outras publicações periódicas) e funcionando como centros de ampla produção e irradiação cultural. Criação de

bibliotecas comunitárias (periferias urbanas, morros, hospitais, creches, igrejas, zonas rurais, clubes de serviços, ONGs etc).

1.2 Fortalecimento da rede atual de bibliotecas

Fortalecimento e consolidação do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas, tornando-o realmente um sistema integrado, com níveis hierárquicos de bibliotecas e meios de circulação de acervos, informatização de catálogos, capacitação permanente de gestores e bibliotecários como promotores da leitura e atualização de acervos. Instituição e/ou fortalecimento dos sistemas estaduais e municipais de bibliotecas, com funções de gerenciamento entre união, estados e municípios. Criação do sistema de estatísticas das bibliotecas. Conversão das bibliotecas em centros geradores de cultura. Programas permanentes de aquisição e atualização de acervos. Transformação das bibliotecas em unidades orçamentárias. Bibliotecas públicas com quadro de pessoal adequado às necessidades e especializado.

1.3 Conquista de novos espaços de leitura

Criação e apoio a salas de leitura, bibliotecas circulantes e “pontos de leitura” (ônibus, vans, táxis, peruas, trens, barcos etc.). Atividades de leitura em parques, centros comerciais, livrarias, aeroportos, estações de metrô, estádios de futebol. Leitura em hospitais, asilos, penitenciárias, praças e consultórios pediátricos, com crianças em situação de rua, e em locais de trabalho.

1.4 Distribuição de livros gratuitos

Programas para distribuição de livros didáticos e não didáticos, não apenas para alunos e professores nas escolas, mas também para crianças, jovens e adultos inseridos em outros contextos, tais como hospitais, asilos, presídios, zona rural etc. Projetos de educação para a cidadania com livros (saúde, meio ambiente, trânsito, trabalho, juventude etc.). Distribuição de livros em cestas básicas, estádios, ginásios etc.

1.5 Melhoria do acesso ao livro e a outras formas de expressão da leitura

Circuito nacional de feiras do livro. Coedições de livros em braille, livros digitais e audiolivros para atender a pessoas com deficiências. Projetos editoriais com jornais e revistas. Campanhas de doações de livros.

1.6 Incorporação e uso de tecnologias de informação e comunicação

Formulação e aprimoramento de técnicas que visem a facilitar o acesso à informação e à produção do saber, incluindo capacitação continuada para melhor aproveitamento das tecnologias de informação e comunicação. Produção e desenvolvimento de tecnologias para a preservação de acervos, ampliação e difusão de bens culturais, como livros digitais, informatização de bibliotecas e bibliotecas digitais, entre outros. Instalação de centros de leitura multimídia, voltados para a pesquisa e divulgação, em especial nas áreas da leitura e do livro.

EIXO 2

FOMENTO À LEITURA E À FORMAÇÃO DE MEDIADORES

2.1 Formação de mediadores de leitura

Programas de capacitação de educadores, bibliotecários e outros mediadores da leitura. Projetos especiais com universidades e centros de formação de professores. Cursos de formação de educadores com estratégia de fomento à leitura e de estudantes que se preparam para o magistério em literatura infanto-juvenil. Ampla utilização dos meios de educação a distância para formação de promotores de leitura em escolas, bibliotecas e comunidades.

2.2 Projetos sociais de leitura

Projetos para fomentar a leitura. Rodas da leitura, atividades de formação do leitor na escola, clubes de leitura. Atividades de leitura em comunidades tradicionalmente excluídas (indígenas, quilombolas etc.). Projetos de formação de neoleitores jovens, adultos e idosos em diversos contextos. Mediadores de leitura e contadores de histórias, performances poéticas, rodas literárias e murais. Oficinas de criação literária para crianças e jovens. Encontro com autores. Banco de dados de projetos de estímulo à leitura, com avaliação e formatação para sua replicação. Editais de órgãos públicos e empresas estatais para apoiar projetos. Fortalecimento do PROLER e de suas ações.

2.3 Estudos e fomento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura

Diagnósticos sobre a situação da leitura e do livro. Pesquisas sobre hábitos de leitura e consumo de livros, bem como pesquisas qualitativas sobre a recepção dos mais variados gêneros. Investigações sobre formação de base de conhecimento e sobre experiências inovadoras e bem-sucedidas com leitura. Apoio às pesquisas sobre a história do livro no Brasil, história editorial brasileira, história das bibliotecas, história das práticas sociais de leitura, e história das livrarias. Programas de financiamento à pesquisa nas áreas do livro e da leitura e à publicação, com apoio de instituições oficiais e/ou da sociedade, dos resultados dessas pesquisas.

2.4 Sistemas de informação nas áreas de bibliotecas, da bibliografia e do mercado editorial

Estudos e pesquisas para conhecer a realidade das bibliotecas, das editoras, das livrarias e do consumo de livros no Brasil. Estudos sobre a cadeia produtiva do livro e projetos e programas para a política pública setorial. Levantamento de dados para apurar os números de bibliotecas, livrarias, investimentos no setor editorial brasileiro, de investimentos das políticas públicas etc. Portal de projetos, programas, ações e calendário de atividades e eventos da área.

2.5 Prêmios e reconhecimento às ações de incentivo e fomento às práticas sociais de leitura

Concursos para reconhecer e premiar experiências inovadoras na promoção da leitura e da literatura. Prêmios para ações de fomento à leitura desenvolvidas em escola, biblioteca, comunidade, empresa etc. Prêmios para identificar, reconhecer e valorizar as diferentes práticas sociais de leitura existentes.

EIXO 3

VALORIZAÇÃO INSTITUCIONAL DA LEITURA E O INCREMENTO DE SEU VALOR SIMBÓLICO

3.1 Ações para converter o fomento às práticas sociais da leitura em Política de Estado

Programas governamentais de fomento à leitura (como o Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura – CSLLL, o Programa Nacional de Incentivo à Leitura – PROLER etc). Formulação de Planos Estaduais e Planos Municipais de Livro e Leitura (PELLs e PMLLs), formulação de políticas nacional, estaduais e municipais. Marcos legais (leis do livro federal, estaduais e municipais; decretos, leis e portarias). Realização de fóruns, congressos, seminários e jornadas para propor agendas sobre o livro, a leitura, literatura e bibliotecas. Pesquisas e estudos sobre políticas públicas desta área. Estruturação da área de formulação, coordenação e execução da política setorial. Criação de fundos e agências para financiamento e fomento à leitura. Criação de grupos de apoio entre parlamentares e formadores de opinião.

3.2 Ações para criar consciência sobre o valor social do livro e da leitura

Campanhas institucionais de valorização da leitura, do livro, da literatura e das bibliotecas em televisão, rádio, jornal, internet, revistas, *outdoors*, cinema e

outras mídias. Campanhas com testemunhos de formadores de opinião sobre suas experiências com livros e leitura. Campanhas de conscientização da importância da biblioteca pública.

3.3 Publicações impressas e outras mídias dedicadas à valorização do livro e da leitura

Publicações de cadernos, suplementos especiais, seções, revistas, jornais, portais e sítios na internet sobre livro, literatura, bibliotecas e leitura. Publicações de histórias de leitura e sugestões de personalidades ou pessoas comuns sobre livros. Resenhas em jornais e revistas de lançamentos do mercado editorial. Programas permanentes e especiais na televisão e no rádio a respeito de livro e leitura.

EIXO 4

DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA DO LIVRO COMO ESTÍMULO À PRODUÇÃO INTELLECTUAL E AO DESENVOLVIMENTO NACIONAL

4.1 Desenvolvimento da cadeia produtiva do livro

Linhas de financiamento para gráficas, editoras, distribuidoras e livrarias e para a edição de livros. Programas governamentais de aquisição que considerem toda a cadeia produtiva e os interesses das práticas sociais de leitura no País. Programas de apoio às micro e pequenas empresas. Fóruns sobre políticas do livro e da edição. Programas de formação para editores, livreiros e outros profissionais do mercado editorial. Programas para ampliação das tiragens, redução de custos e barateamento do preço do livro. Programas de apoio ao livro universitário.

4.2 Fomento à distribuição, circulação e consumo de bens de leitura

Política para fomentar a abertura de livrarias e apoiar as existentes. Livros em bancas de jornal. Programas de formação de livreiros-empREENDEDORES. Apoio e financiamento ao setor livreiro. Programas de apoio à abertura de pontos alternativos de venda. Programas de educação continuada aos profissionais de livrarias. Programas de tarifas diferenciadas para transporte e circulação de bens de leitura.

4.3 Apoio à cadeia criativa do livro

Instituição e estímulo para a concessão de prêmios nas diferentes áreas e bolsas de criação literária para apoiar os escritores. Apoio à circulação de escritores por escolas, bibliotecas, feiras etc. Defesa dos direitos do escritor. Apoio à publicação de novos autores. Programas de apoio à tradução. Fóruns de direitos autorais e *copyrights*.

4.4 Maior presença no exterior da produção nacional literária científica e cultural editada

Participação em feiras internacionais. Programas de exportação de livros e apoio para tradução de livros brasileiros para edição no exterior. Difusão da literatura e dos escritores brasileiros no exterior. Reedição de obras importantes, mas fora de circulação.



ESTRUTURA PARA IMPLEMENTAÇÃO

A lei n.º 10.753, de 30/10/2003, que instituiu a Política Nacional do Livro, é o instrumento legal que autoriza o Poder Executivo a criar projetos de incentivo à leitura e acesso ao livro. A regulamentação da lei permitirá a criação de instrumentos que facilitem a execução do disposto no art. 13 e duas alíneas, que incluem a articulação de diferentes instâncias e âmbitos governamentais e parcerias com o setor de criação e a cadeia produtiva do livro.

A regulamentação da lei n.º 10.753 deverá apresentar o Plano Nacional do Livro e Leitura - PNLL - e formas possíveis para sua organização e estrutura, capazes de formular, coordenar e executar ações dessa política setorial. Para sua implantação, os Ministérios da Cultura e da Educação deram o passo inicial ao editarem a Portaria Interministerial n.º 1442 de 10/08/2006, garantindo a estrutura e o marco legal para essa fase do processo, com a criação de um Conselho Diretivo, uma Coordenação Executiva e um Conselho Consultivo. E, em 1º de setembro de 2011, a presidente Dilma Roussef instituiu o PNLL, por meio do decreto Nº 7.559.

Assim, conforme o Art. 4º, o PNLL é gerido pelas seguintes instâncias colegiadas: Conselho Diretivo, Coordenação-Executiva, e Conselho Consultivo. O Conselho Diretivo (Art. 6º) é composto pelos seguintes membros e respectivos suplentes: dois representantes do Ministério da Cultura, dois representantes do Ministério da Educação, dois representantes da sociedade civil com notório conhecimento literário, um representante dos autores de livros, um representante dos editores de livros, um representante da sociedade civil com reconhecida atuação ou conhecimento no tema da acessibilidade, e o Secretário-Executivo do PNLL. A Coordenação-Executiva, segundo Art. 8º, é formada pelos seguintes membros e respectivos suplentes: Secretário-Executivo do PNLL (que a coordena), um

representante do Ministério da Cultura, um representante do Ministério da Educação, um representante da Fundação Biblioteca Nacional, e um representante do Colegiado Setorial do Livro, Leitura e Literatura. Já o Conselho Consultivo (Art. 9º § 1º) será composto pelos membros do Colegiado Setorial. Está em tramitação, no MinC e no MEC, projeto de lei sobre Plano Nacional do Livro e Leitura, a ser encaminhado ao Congresso Nacional, com o objetivo de institucionalizar as políticas relacionadas ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas.

INSTÂNCIAS DIRETIVAS ATUAIS

a) Debate/assessoria – O Colegiado Setorial de Livro, Leitura e Literatura, que integra o Conselho Nacional de Política Cultural, instituído por Portaria do Ministério da Cultura em maio de 2009, decorrente da antiga Câmara Setorial de Livro, Leitura e Literatura (instruída por decreto presidencial em agosto de 2005), é o instrumento de participação política na avaliação e monitoramento na execução de políticas públicas de livro, leitura e literatura e bibliotecas. É o espaço de concertação para articulação, entendimentos e busca do consenso, sempre que possível, na implementação destas políticas públicas. É o espaço para a sociedade civil debater, defender e legitimar suas propostas para o setor.

b) Formulação e execução – no âmbito federal, a Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas, vinculada à Secretaria-Executiva do Ministério da Cultura, é responsável por elaborar e monitorar os programas, projetos e ações do Ministério que integram o PNLL; e formular, articular e implementar ações que promovam a democratização do acesso ao livro e à leitura. Já à Fundação Biblioteca Nacional cabe captar, preservar e difundir os registros a memória bibliográfica e documental nacional; e promover a cooperação e difusão nacionais e internacionais relativas à missão da FBN.

No âmbito do Ministério da Educação, cabe ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Educacional (FNDE), em parceria com a Secretaria de Educação Básica (SEB), Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade e Inclusão (Secadi), executar programas do livro e apoiar programas de leitura, por meio de convênios. Ao MEC cabe dar continuidade às diversas políticas e ações que

vem implementando nos últimos anos em diferentes frentes (acesso à produção científica, didática e artístico-cultural; fomento à produção de material científico, didático e artístico-cultural; pesquisa e avaliação sobre a escrita, formação de mediadores de leitura, apoio à produção e distribuição de material literário para neoleitores) por meio de instituições e programas como o Inep (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira); Cibec (Centro de Informação e Biblioteca em Educação); TV Escola; Portal de Periódicos da Capes; PNLD (Programa Nacional de Livro Didático); PNBE (Programa Nacional de Biblioteca Escolar); PNLD-EJA (Programa Nacional do Livro Didático para a Alfabetização de Jovens e Adultos); Concurso Literatura para Todos; Sinaes (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior); SAEB (Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica).

Outros projetos e programas que se relacionam de forma transversal com a política setorial – caso, por exemplo, daqueles referentes à cadeia produtiva do livro, como as ações de exportação, desenvolvimento da indústria, apoio financeiro às pequenas e médias empresas, entre outros – são também desenvolvidos por outros ministérios e suas instituições vinculadas a empresas estatais.



As fontes de recursos existentes e a explorar devem abranger fundos públicos, privados e mistos. Aos recursos orçamentários vinculados a programas de leitura, livro e bibliotecas, outros podem vir a ser criados (loterias culturais, novos editais de apoio, por exemplo). Também é imprescindível tornar obrigatória a inclusão de rubricas nos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. Outras possibilidades são os fundos de desenvolvimento e os créditos do sistema de financiamento e fomento industrial.

Algumas possíveis fontes:

- Orçamento da União (MinC/vinculadas; MEC/vinculadas; outros ministérios com ações na área);
- Orçamento da União (a partir de emendas parlamentares);
- Editais e orçamentos próprios de empresas estatais e federais;
- Orçamento dos estados (incluindo estatais e vinculadas);
- Orçamento das prefeituras (incluindo estatais e vinculadas);
- Fundo Nacional de Cultura;
- Recursos de projetos específicos provenientes dos governos (nacional, estadual e municipal), organismos internacionais, entidades, empresas e outros;
- Orçamentos das entidades paraestatais (Sistema S, Apex, ABDI

etc);

- Orçamentos de organismos internacionais (Cerlalc, Unesco, OEI, PNUD, OIT etc);
- Orçamentos de entidades e empresas privadas;
- Orçamentos de organizações não-governamentais;
- Leis de incentivo à cultura/Renúncia Fiscal (Lei Rouanet, leis estaduais e municipais).

As ações e projetos inscritos no PNLL devem ser auto-sustentáveis por orçamentos de seus promotores, sejam eles públicos ou privados.